

24. PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE BRAGA E A ASSOCIAÇÃO FLORESTAL DO CÁVADO:

Submete-se minuta do Protocolo de Colaboração entre o Município de Braga e a Associação Florestal do Cávado, que vai em anexo.



BRAGA
Município

Pelouro do Ambiente, Turismo, Energia e Desenvolvimento Rural

INFORMAÇÃO

Exmo. Sr. Presidente,

Solicito a apreciação e deliberação em reunião de executivo municipal da minuta de protocolo que se anexa.

Braga, 4 de setembro 2019

O Vereador do Ambiente, Turismo, Energia e Desenvolvimento Rural,

Altino Bessa, Eng^o

At. Excmo. Sr. Pres.

19.09.24

Relatório do Documento interno n.º 7228 de 07/03/2019

DOCUMENTO Nº

DATA 00/00/0000

REFERÊNCIA

REGISTADO: luis.azevedo

ATUALIZADO: adminvillaca

ASSUNTO

Renovação de Protocolo entre Câmara Municipal de Braga e Associação Florestal do Cávado

REMETENTE SERV: DMGAP - DIVISÃO SERVIÇOS JURÍDICOS E CONTENCIOSO

TIPO DE DOCUMENTO DOCUMENTOS INSTRUTÓRIOS

LIVRO DE REGISTO LIVRO DE CORRESPONDÊNCIA

Detalhes do Documento

1. Original Enviado para Vereador: Altino Bernardo Lemos Bessa

PROCESSO N.º 2019/150.10.500/5

CLASSIFICAÇÃO 150.10.500 - Elaboração de Instrumentos de cooperação interinstitucional

OBSERVAÇÕES

Movimentos

(20) Movimentado no dia 03/09/2019 10:56 para Vereador: Altino Bernardo Lemos Bessa

Efetuada por Func.: 1998 - Alice Maria Vale Rego Rodrigues Gonçalves(alice.goncalves)

Motivo: Para Procedimento

(19) Movimentado no dia 03/09/2019 10:52 para Func.: Alice Maria Vale Rego Rodrigues Gonçalves

Efetuada por Func.: 863 - Miguel Pedro Pires Ribeiro Antunes Guimaraes(miguel.guimaraes)

Motivo: Concordo.

(18) Movimentado no dia 27/08/2019 17:07 para Func.: Miguel Pedro Pires Ribeiro Antunes Guimaraes

Efetuada por Func.: 852 - Maria Isilda Paredes Oliveira Castro Vilas Boas(isilda.castro)

Motivo: Concordo. Chamo atenção que deverá dado cumprimento aos restantes pressupostos constantes da minha informação datada de 15 de maio último. Deverá relegar-se ao sr. Vereador Altino Bessa.

(17) Movimentado no dia 27/08/2019 12:55 para Func.: Maria Isilda Paredes Oliveira Castro Vilas Boas

Efetuada por Func.: 4946 - Joao Orlando Travassos Freitas Alcalde(joao.alcalde)

Motivo: Remeto, em anexo, minuta de Protocolo de Colaboração, nos formatos Word e PDF, com as propostas/alterações sugeridas pela Divisão de Proteção Civil.

(16) Movimentado no dia 15/07/2019 16:11 para Func.: Joao Orlando Travassos Freitas Alcalde

Efetuada por Func.: 1325 - Cristina Maria Faria Ferreira Salgado(cristina.salgado)

Motivo: para Informar

(15) Movimentado no dia 15/07/2019 10:47 para Func.: Cristina Maria Faria Ferreira Salgado

Efetuada por Func.: 1325 - Cristina Maria Faria Ferreira Salgado(cristina.salgado)

Motivo: para pinformar

(14) Movimentado no dia 11/07/2019 17:08 para Func.: Maria Isilda Paredes Oliveira Castro Vilas Boas

Efetuada por Vereador: 4828 - Altino Bernardo Lemos Bessa(altino.bessa)

Motivo: Seguem argumento/sugestões para a renovação do protocolo com a Associação Florestal do Cávado. Para além disso o Município assumiu o compromisso político de ter uma equipa de sapadores florestais para implementar o seu Plano Municipal de defesa da Floresta contra Incêndios. Estas equipas são atribuídas e financiadas em parte pelo governo, sendo que os Municípios aderentes têm a responsabilidade de co-financiar as mesmas através de associações florestais caso pretendem que estas realizem trabalhos de silvicultura preventiva na luta contra Incêndios no seu território.

(13) Movimentado no dia 10/07/2019 19:44 para Vereador: Altino Bernardo Lemos Bessa

Efetuada por Func.: 5393 - Vitor Manuel da Silva Azevedo(vitor.azevedo)

Motivo: Conforme o solicitado envio em anexo o documento "Informacao_DPC" com informação de fundamentação e sugestões para a renovação do protocolo entre o Município de Braga e a Associação Florestal do Cávado.

(12) Movimentado no dia 09/07/2019 15:26 para Func.: Vitor Manuel da Silva Azevedo

Efetuada por Func.: 5703 - José Pedro Madureira Alves(jose.malves)

Motivo: Incluído documento Interno de 09/07/2019 no processo.



Despacho da Chefe da Divisão dos Serviços Jurídicos e Contencioso	Despacho do Sr. Diretor Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva
<u> </u> <u> </u> <u> </u>	<u> </u> <u> </u> <u> </u>

Despacho do Sr. Vereador, com competência delegada por Despacho do Sr. Presidente de 6 de novembro de 2017	Despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal
<u> </u> <u> </u> <u> </u>	<u> </u> <u> </u> <u> </u>



valor de 41 666,66 euros. O protocolo está encerrado e o valor de 50 000,00 euros foi liquidado.". Além disso, em conformidade com o email de 06 de março de 2019: "No seguimento do solicitado informo que o mencionado protocolo encontra-se encerrado, de acordo com a cláusula sexta, o protocolo seria válido pelo prazo de um ano, a contar da data da sua assinatura que ocorreu em 14 de setembro de 2017 (ver anexo), sendo que em termos financeiros encontra-se satisfeito."

No entanto, na presente circunstância, é colocada a hipótese da renovação do Protocolo de Colaboração – previsto em termos orçamentais –, eventualmente por intermédio de uma adenda ao referido Protocolo. Na realidade, é nosso entendimento – sempre sem prejuízo de melhor opinião – que, neste momento, não se revelará possível proceder à renovação do Protocolo de Colaboração por meio de um aditamento ao mesmo, considerando que o Protocolo cessou no passado mês de setembro de 2018, encontrando-se «encerrado», «liquidado», «satisfeito». Com efeito, julgamos que, caso o Protocolo de Colaboração estivesse ainda em vigor, se afiguraria possível renovar o Protocolo mediante adenda. Porém, não é o que se verifica nesta situação em concreto.

Todavia, cremos que é suscetível que se observem os requisitos necessários para que, legalmente, seja possível a este Município de Braga celebrar um novo Protocolo de Colaboração com a Associação Florestal do Cávado.

Ora, a Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, a qual consagra o Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), determina, no respetivo artigo 23.º, n.º 1 e n.º 2, alínea j), que constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das suas populações, dispondo de competências, designadamente, no domínio da proteção civil.

Ademais, o Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, na redação do Decreto-Lei n.º 14/2019, de 21 de janeiro, que prescreve as medidas e ações a desenvolver no âmbito do Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios (SNDFCI), estatui que o município possui toda uma série de competências no quadro da defesa da floresta, nomeadamente no que diz respeito ao planeamento, à prevenção e à previsão e programação das intervenções necessárias à defesa da floresta contra incêndios.

Pois bem, a Associação Florestal do Cávado, fundada no ano de 1996, apresenta como designios a promoção da união entre os proprietários florestais para que os respetivos interesses tenham um porta-voz legítimo, bem como a oferta de apoio técnico para a melhoria da gestão das áreas florestais.

Demais, em harmonia com as listas disponibilizadas e divulgadas pelo Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), que podem ser consultadas em <http://www2.icnf.pt/portal/florestas/dfci/sapflo/psf/esf>, a Associação Florestal do Cávado é a única entidade que detém equipas de sapadores florestais no concelho de Braga, equipas de sapadores florestais essas constituídas em 2017. De facto, no seguimento da publicação do Decreto-Lei n.º 8/2017, de 09 de janeiro, que preceitua o regime jurídico aplicável aos sapadores florestais e às equipas de sapadores florestais no território continental português, e do Despacho n.º 2434-B/2017, de 21 de



março, do Secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural, que procedeu à abertura de concurso para a criação de novas equipas de sapadores florestais, este Município de Braga formalizou o apoio à candidatura para a constituição de uma equipa permanente de sapadores florestais no concelho realizada pela Associação Florestal do Cávado, tendo a candidatura sido selecionada pelo ICNF.

Por consequência, tomando em consideração as atribuições e as competências deste Município de Braga e da Associação Florestal do Cávado, e se se constatar a subsistência de fundamentos e finalidades relativas à redução do risco de incêndios e promoção da valorização do património florestal do concelho de Braga – que terão de ser, necessária e devidamente, enunciadas –, entendemos que, em abstrato, estarão reunidos os pressupostos legais para que seja possível ao Município celebrar um novo Protocolo de Colaboração com a Associação – cujos termos terão de ser fixados, de forma conjunta, pelas partes –.

A concluir, é de sublinhar que, para a formalização de Protocolo de Colaboração, é indispensável que a entidade tenha a respetiva situação regularizada perante a Autoridade Tributária e Aduaneira, a Segurança Social e o Município, fazendo a entidade prova dessa mesma situação.

PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE BRAGA E A ASSOCIAÇÃO FLORESTAL DO CÁVADO

Considerando:

1. Que o Município de Braga, nos termos do disposto no artigo 23.º, n.º 1 e n.º 2, alínea j), da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, a qual consagra o Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), assume como suas atribuições a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, dispondo de competências, designadamente, no domínio da proteção civil;
2. Que o Município de Braga, de acordo com o estabelecido no Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, na redação do Decreto-Lei n.º 14/2019, de 21 de janeiro, que determina as medidas e ações a desenvolver no âmbito do Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios (SNDFCI), possui toda uma série de competências no quadro da defesa da floresta, nomeadamente no que diz respeito ao planeamento, à prevenção e à previsão e programação das intervenções necessárias à defesa da floresta contra incêndios;
3. Que a Associação Florestal do Cávado, fundada no ano de 1996, apresenta como designios a promoção da união entre os proprietários florestais para que os respetivos interesses tenham um porta-voz legítimo, bem como a oferta de apoio técnico para a melhoria da gestão das áreas florestais;
4. Que, no seguimento da publicação do Decreto-Lei n.º 8/2017, de 09 de janeiro, que prescreve o regime jurídico aplicável aos sapadores florestais e às equipas de sapadores florestais no território continental português, e do Despacho n.º 2434-B/2017, de 21 de março, do Secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural, que procedeu à abertura de concurso para a constituição de novas equipas de sapadores florestais no território do continente, o Município de Braga formalizou o apoio à candidatura para a constituição de uma equipa permanente de sapadores florestais no concelho, realizada por parte da Associação Florestal do Cávado;
5. Que, em conformidade com o teor do considerando anterior, a declaração de compromisso assinada pelo Presidente da Câmara Municipal de Braga, Dr. Ricardo Rio, assegurou todo o apoio do Município à criação da equipa de sapadores florestais pela Associação Florestal do Cávado, com o propósito de reduzir o risco de incêndios e contribuir para a valorização do património florestal do concelho;
6. Que a candidatura para a criação de uma equipa de sapadores florestais no concelho de Braga, efetuada pela Associação Florestal do Cávado, foi selecionada pelo Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas;
7. Que a área de intervenção proposta na candidatura incidiu sobre os perímetros florestais do Bom Jesus e do Sameiro, zonas que têm grande relevância não apenas no contexto florestal, mas também no plano ambiental, paisagístico, cultural, religioso e turístico, cuja

preservação e proteção é fundamental e é uma prioridade em termos da defesa da floresta contra incêndios;

8. Que a existência de uma equipa permanente de sapadores florestais no concelho de Braga contribui, decisivamente, para a diminuição do risco de incêndio num espaço sensível e recorrentemente afetado por incêndios, elevando substancialmente a resiliência do território aos incêndios florestais, por intermédio da efetivação das tarefas e funções que lhe são cometidas;

9. Que, concretização da importância da área florestal referida anteriormente, é a circunstância de o Santuário do Bom Jesus do Monte ter sido classificado como Património Mundial da Humanidade da UNESCO, onde se distingue a basílica, os escadórios, o funicular e uma zona florestal com 26 hectares, sendo um espaço visitado anualmente por 1 milhão e 200 mil pessoas;

10. Que, além do Bom Jesus, a área de intervenção proposta integrava o Santuário do Sameiro, o Monumento ao Coração Eucarístico de Jesus e a Capela de Santa Marta, espaços de peregrinação e de grande interesse para o turismo religioso, particularmente na época do verão;

11. Que, perante estas características específicas e diante da sua sensibilidade, esta é uma zona já classificada pela Autoridade Nacional de Proteção Civil como prioritária para a intervenção com meios aéreos, encontrando-se sinalizada como área de perigosidade alta e muito alta de incêndio florestal;

12. Que, nos últimos anos, se tem observado neste espaço um elevado número de ocorrências, contabilizando-se em especial grandes áreas ardidas em 2016 e 2017, razão pela qual se revela essencial a proteção e vigilância desta área florestal, facto já mencionado no Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios;

É celebrado o presente PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO, com as finalidades de reduzir o risco de incêndios e de contribuir para a valorização do património florestal do concelho de Braga.

ENTRE:

O **MUNICÍPIO DE BRAGA**, pessoa coletiva n.º 506 901 173, com sede na Praça do Município, código postal 4700-435, concelho de Braga, neste ato devida e legalmente representado pelo Presidente da Câmara Municipal de Braga, Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, com poderes para o ato, doravante designado **MUNICÍPIO**;

E

A **ASSOCIAÇÃO FLORESTAL DO CÁVADO**, pessoa coletiva n.º 503 814 407, com sede na Praça Manuel Fernandes da Silva, n.º 52, código postal 4715-244, concelho de Braga, neste ato devida e legalmente representada pelo Presidente da Direção, Eng. Carlos Cação, com poderes para o ato, doravante designada ASSOCIAÇÃO;

O qual se rege pelas Cláusulas subsequentes:

CLÁUSULA PRIMEIRA (Objeto)

1. O presente PROTOCOLO consagra os termos da colaboração entre o MUNICÍPIO e a ASSOCIAÇÃO, no que concretamente diz respeito ao apoio a ser prestado por parte da equipa de sapadores florestais da ASSOCIAÇÃO ao MUNICÍPIO, com o fim da defesa da floresta contra incêndios.

2. A área de intervenção da equipa de sapadores florestais da ASSOCIAÇÃO é a que se encontra referenciada no processo de candidatura para a constituição de novas equipas mencionada nos considerandos do presente PROTOCOLO, correspondendo às zonas florestais do Bom Jesus e do Sameiro.

CLÁUSULA SEGUNDA (Funções da equipa de sapadores florestais)

1. As funções da equipa de sapadores florestais da ASSOCIAÇÃO são as seguintes:

- a) Prevenção dos incêndios florestais através de ações de silvicultura preventiva, nomeadamente da roça de matos e limpeza de povoamentos, da realização de fogos controlados, da manutenção e beneficiação da rede divisional, linhas de quebra-fogo e outras infraestruturas (Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios – PMDFCI);
- b) Vigilância das áreas a que se encontra adstrita, no Plano Operacional Municipal (POM);
- c) Apoio ao combate aos incêndios florestais e às consequentes operações de rescaldo;

- d) Sensibilização do público para as normas de conduta em matéria de ações de prevenção, do uso do fogo e da limpeza das florestas, nomeadamente através da sua demonstração.

2. Sendo que:

- a) As ações de Defesa da Floresta contra Incêndios (DFCI) em áreas de associados da ASSOCIAÇÃO, não poderão exceder o período máximo anual de 15 dias úteis;
- b) As ações de DFCI definidas pelo MUNICÍPIO para o plano anual da equipa, não poderão exceder o período máximo anual de 140 dias úteis;
- c) As ações de DFCI definidas pelo Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), não poderão exceder o período máximo anual de 55 dias úteis, conforme Programa Nacional de Sapadores Florestais: Definição e Contabilização do Serviço Público;
- d) As ações de vigilância armada e supressão de incêndios definidas pelo ICNF, não poderão exceder o período máximo anual de 55 dias incluindo fins de semana, feriados e horas noturnas, conforme Programa Nacional de Sapadores Florestais: Definição e Contabilização do Serviço Público.

CLÁUSULA TERCEIRA
(Deveres da ASSOCIAÇÃO)

Compete à ASSOCIAÇÃO:

- a) Colaborar na execução do PMDFCI e nas ações de proteção civil;
- b) Assegurar a coordenação e a execução dos trabalhos da equipa, referidos na Cláusula Segunda;
- c) Fazer a gestão financeira da equipa, nomeadamente, proceder ao pagamento dos sapadores, realização do seguro de acidentes de trabalho dos mesmos, sendo que todos os encargos referentes a questões laborais são da competência exclusiva da ASSOCIAÇÃO;
- d) Elaborar um relatório semestral, detalhado, sobre as atividades realizadas pela equipa de sapadores, com indicação da aplicação das verbas recebidas ao abrigo da Cláusula Quarta, entregando-o ao MUNICÍPIO para sua apreciação;

e) Elaborar um relatório anual das atividades realizadas pela equipa de sapadores, facultando a sua consulta aos elementos da Comissão Municipal de Defesa da Floresta (CMDF) responsáveis por esta matéria.

CLÁUSULA QUARTA (Deveres do MUNICÍPIO)

Compete ao MUNICÍPIO:

- a) Atribuir uma verba anual de € 50 000,00 (cinquenta mil euros e zero cêntimos) à ASSOCIAÇÃO, para o desenvolvimento das funções, tarefas e ações referidas no presente PROTOCOLO;
- b) A verba será paga em prestações mensais, pagamentos esses realizados no último dia útil de cada mês;
- c) Assegurar estacionamento fechado para a viatura e local para efetuar a manutenção do equipamento de trabalho da equipa;
- d) Por intermédio da sua Divisão de Proteção Civil, em conjugação com a ASSOCIAÇÃO, elaborar um Plano de Gestão Combustíveis, no qual serão definidas as áreas onde se realizarão intervenções no âmbito da silvicultura preventiva.

CLÁUSULA QUINTA (Utilização das verbas)

A utilização, por parte da ASSOCIAÇÃO, das verbas atribuídas ao abrigo do presente PROTOCOLO para fins diversos dos estabelecidos, constitui fundamento para a rescisão imediata do PROTOCOLO pelo MUNICÍPIO, devendo a ASSOCIAÇÃO proceder à imediata devolução das verbas recebidas.

CLÁUSULA SEXTA
(Validade)

1. O presente PROTOCOLO é válido pelo período de 1 ano, a contar da data da sua assinatura, sendo automaticamente renovado por igual período, salvo se for denunciado nos termos do número seguinte.

2. O PROTOCOLO pode ser denunciado por qualquer uma das partes intervenientes, devendo a denúncia ser comunicada, de forma expressa, por carta registada com aviso de receção, com a antecedência mínima de 30 dias.

O presente PROTOCOLO é elaborado em duplicado, ficando um original na posse de cada uma das partes intervenientes.

Município de Braga, aos 00 dias do mês de setembro do ano de 2019

MUNICÍPIO DE BRAGA

ASSOCIAÇÃO FLORESTAL DO CÁVADO

O Presidente da Câmara Municipal
Dr. Ricardo Rio

O Presidente da Direção
Eng. Carlos Cação

Documentos anexos:

1. Estatutos da Associação Florestal do Cávado;
2. Documentos comprovativos da situação regularizada perante a Autoridade Tributária e a Segurança Social.